

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



AUTÓGRAFO LEI N° 7946/2025 Projeto de Lei n° 102/2025

Autoria: Walker Bombeiro da Libras

Institui a Brigada de Incêndio Ambiental no Município de Franca/SP, dispõe sobre sua estrutura e funcionamento, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Franca, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município,

APROVA:

Art.1° - Fica instituído o "Programa de Brigada de Incêndio Ambiental" no Município de Franca/SP, com o objetivo de promover ações de prevenção, combate e controle de incêndios em áreas de vegetação, em conformidade com a Lei Federal no 14.944, de 31 de julho de 2024, que estabelece a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Seção II - Diretrizes do Programa de Brigada Ambiental

Art.2° - Constituem diretrizes ao Programa de Brigada de Incêndio Ambiental:

- I Atuar na prevenção e no combate direto e indireto a incêndios em áreas urbanas e rurais;
- II Desenvolver ações de educação ambiental voltadas à conscientização da população;
- III Realizar ações de monitoramento, fiscalização preventiva e mapeamento de áreas de risco;

Rua da Câmara, n.º 01 – Parque das Águas - CEP: 14401-306 Telefone: (16) 3713-1555 – **DDG: 0800 940 1555 camara@franca.sp.leg.br**



ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



- IV Cooperar com órgãos estaduais e federais em situações emergenciais;
- V Integrar-se às estratégias de Manejo Integrado do Fogo (MIF), conforme a legislação federal.

Seção III - Composição

- Art. 3°- A Brigada de Incêndio Ambiental poderá composta por:
 - I Servidores públicos efetivos ou contratados temporariamente pelo Município;
 - II Brigadistas contratados por processo seletivo simplificado, com prioridade para moradores de áreas rurais ou entorno de unidades de conservação;
 - III Bombeiros civis e militares, mediante convênios ou termos de cooperação;
 - IV Bombeiros voluntários, cadastrados junto à Defesa Civil municipal e habilitados conforme critérios técnicos;
 - $\mbox{\bf V}$ Profissionais de áreas técnicas correlatas, conforme necessidade do plano operacional.

Seção IV - Atividade Delegada do Corpo de Bombeiros

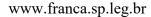
- Art. 4° Para a implementação dos objetivos desta Lei, poderá ser celebrado convênio com o Governo do Estado de São Paulo para implantação da Atividade Delegada, no apoio:
 - I À coordenação e treinamento da brigada municipal;
 - II À fiscalização de queimadas urbanas e rurais;
 - III À resposta rápida a ocorrências durante o período de estiagem;
 - IV Ao suporte técnico para elaboração do plano de prevenção e combate a incêndios ambientais.

Seção V - Contratação de Brigadistas

- Art. 5° O Município poderá realizar contratações temporárias de brigadistas ambientais, com base em processo seletivo público simplificado, especialmente nos períodos de maior risco (sazonalidade).
- §1° Os brigadistas deverão receber treinamento prévio e equipamentos de



ESTADO DE SÃO PAULO





proteção individual (EPIs), conforme normas do Corpo de Bombeiros e legislação ambiental vigente.

§2° A remuneração e jornada de trabalho serão definidas em regulamento específico, respeitada a legislação municipal.

Seção VI - Bombeiros Voluntários

Art. 6° - O Município poderá instituir o Programa de Bombeiros Voluntários Ambientais, com base no cadastramento de cidadãos interessados, com ou sem experiência prévia, que passarão por capacitação técnica obrigatória.

§1° Os voluntários atuarão exclusivamente sob supervisão técnica e comando operacional do coordenador municipal da brigada ou Corpo de Bombeiros.

§2º Poderão receber auxílio-transporte, seguro contra acidentes pessoais e certificado de participação, conforme regulamento.

Seção VII - Equipamentos e infraestrutura

- Art. 7° Os equipamentos e infraestrutura mínima para garantir a atuação da brigada consistirão em:
 - I Veículos apropriados e ferramentas manuais para combate ao fogo;
 - II EPIs (equipamentos de proteção individual);
 - III Instalações físicas e espaço para treinamento e coordenação;
 - IV Material de comunicação e georreferenciamento (GPS, rádios, internet em campo).

Seção VIII - Plano Operacional

- Art. 8° O Município deverá publicar anualmente o Plano Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios Ambientais, com:
- Áreas prioritárias de atuação;
 - I- Calendário de ações preventivas;



ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



II - Escala de atuação da brigada e dos voluntários;

III- Protocolos de resposta a emergências ambientais.

Seção IX - Recursos Financeiros

Art. 9° - As ações da Brigada poderão ser financiadas por:

I- Dotação orçamentária municipal;

II - Convênios com União, Estado ou empresas;

III - Emendas parlamentares e fundos ambientais;

IV - Termos de compensação ambiental ou TACs.

Parágrafo Único. Os brigadistas e voluntários poderão ter acesso a seguro de vida e cobertura de acidentes pessoais durante a atuação oficial, conforme regulamento.

Seção X - Penalidades e fiscalização

Art.10 — As ações de fiscalização seguirão as diretrizes da legislação ambiental estadual e federal. O Município poderá:

I - Lavrar autos de infração ambiental;

II - Notificar e embargar atividades causadoras de incêndios;

III - Buscar ressarcimento de despesas públicas oriundas de incêndios causados por terceiros.

Seção XI - Disposições Finais

Art. 11° - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 dias.

Art. 12° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCA, 12 de agosto de 2025.

DANIEL BASSI
Presidente

Rua da Câmara, n.º 01 – Parque das Águas - CEP: 14401-306 Telefone: (16) 3713-1555 – **DDG: 0800 940 1555** camara@franca.sp.leg.br



ESTADO DE SÃO PAULO



www.franca.sp.leg.br

WALKER BOMBEIRO DA LIBRAS	
Vice-presidente	
LINDSAY CARDOSO	
1ª Secretária	
MARCELO TIDY	
2° Secretário	